

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Plano da Eletrobras deve ficar para julho	2
Título: Setor de energia solar rebate ministério e prevê receita maior.....	3
Título: Irã derruba drone, petróleo sobe, mas Trump minimiza	4
Título: Destaques	7
Título: Gás Verde fornece biogás para Ternium, GNV e térmica	7
Título: Vale monta plano para retomar produção	9
Título: Curtas	11
Título: Estudo propõe melhorias em licenciamento ambiental.....	11
Título: Curtas	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: Governo vai lançar plano do ‘gás mais barato’	14
Título: Fim do monopólio no refino	16
Título: Estrada acidentada	17
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	19
Título: Com R\$ 107 bi em ações, BNDES tem dificuldade para vender participações.....	19
VEÍCULO: O Globo	21
Título: Deixe em paz meu coração	21
Título: Confronto direto entre EUA e IRÃ	22
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	24
Título: Cidade paraense quer retomada da mineração	24
Título: Potencial para energia solar	26

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/06/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo****Título: Plano da Eletrobras deve ficar para julho**

O governo deve adiar para o próximo mês a divulgação das linhas gerais do plano de capitalização da Eletrobras, apurou o **Valor**. A meta oficial do Ministério de Minas e Energia, contudo, ainda é lançar o projeto em junho.

"Deve sair algo em julho", disse uma fonte com conhecimento do assunto, em condição de anonimato. Ela, porém, não forneceu detalhes sobre o plano em estudo.

Até o momento não se sabe qual será o modelo que o governo adotará para a capitalização da Eletrobras, nem se está certo que o processo resultará na privatização da companhia.

A versão inicial do plano de capitalização da Eletrobras, elaborada ainda durante o governo de Michel Temer, previa uma oferta subsequente de ações (follow-on), na proporção necessária para levantar recursos para o pagamento de bônus de outorga pela concessão de usinas que hoje operam em regime de cotas. Ao mesmo tempo, a operação permitiria a desestatização do controle da elétrica.

Na época, o governo Temer previa ser necessário um montante de R\$ 12 bilhões para o pagamento dos bônus, permitindo uma renovação da concessão das usinas por um período de 30 anos. Ao todo, 14 hidrelétricas da Eletrobras, com um total de cerca de 14 mil megawatts (MW) operam hoje sob o regime de cotas, estabelecido pela Medida Provisória 579/2012, do governo Dilma Rousseff, relativa à renovação antecipada e onerosa das concessões.

No fim de maio, o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse, durante evento em São Paulo, que a pasta está trabalhando no plano de capitalização da Eletrobras junto com o Ministério da Economia, com a Advocacia-Geral da União (AGU) e com a própria estatal. O próximo passo será encaminhar o projeto ao Congresso, para que possa ser discutido e aprovado. "O diálogo é transparente e aberto", disse Albuquerque, na ocasião. A expectativa do ministério é fazer a capitalização ainda neste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/06/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Setor de energia solar rebate ministério e prevê receita maior**

A instalação de sistemas de geração de energia solar de pequeno porte, nos tetos de residências e edifícios, e de condomínios solares - lugares específicos para produção de energia solar disponível para consumidores interessados em utilizar a fonte - pode gerar uma arrecadação de R\$ 25 bilhões para os governos federal e estaduais até 2027.

A estimativa faz parte de relatório produzido pela Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) e que rebate cálculos feitos pelo Ministério da Economia que apontam que esse tipo de geração de energia solar resultaria em renúncia fiscal de R\$ 11 bilhões, entre 2020 e 2035.

A diferença entre as duas contas, explica a vice-presidente de geração distribuída da Absolar, Bárbara Rubim, é que o levantamento do ministério considerou apenas a redução da arrecadação por meio de isenção de PIS, Cofins e ICMS, ainda que existam Estados que cobram ICMS sobre a energia produzida por essas usinas.

A conta da Absolar considera a arrecadação que será obtida a partir da geração de empregos na manutenção dos equipamentos, nos investimentos dos projetos e na liberação de renda dos consumidores que terão economia com projetos de geração distribuída e terão mais recursos para utilizar em outras atividades.

Para a executiva, faltou cuidado e refino de dados ao Ministério da Economia para elaborar o documento, em um momento crucial no qual a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) discute aperfeiçoamentos nas regras do setor e que podem implicar cobrança, para os usuários de projetos de energia solar, de encargos pelo uso da rede de distribuição.

"O que o setor pede é que, qualquer que seja a alteração resultante do processo de revisão que está tendo hoje, seja uma mudança que decorra de uma análise extremamente técnica, imparcial e pautada, de fato, em uma visão do país que queremos ter. E, infelizmente, esse tipo de estudo do ministério [da Economia] mostra que nenhuma dessas três condições estava presente", afirma Bárbara.

Os dois documentos - a nota técnica do Ministério da Economia, e o relatório da Absolar - fazem parte das contribuições feitas no âmbito da audiência pública aberta pela Aneel para discutir aperfeiçoamentos na Resolução 482/2012,

relativa à geração distribuída no Brasil e que é considerada um dos principais motivos para o crescimento do setor nos últimos anos. Desde 2012, os projetos do tipo a energia solar já somam 827,5 megawatts (MW) de capacidade instalada, com quase 100 mil usuários e cerca de R\$ 5 bilhões em investimentos.

Por outro lado, o segmento de distribuição de energia elétrica defende que os usuários de projetos de geração distribuída paguem encargos quando disponibilizam energia de seus respectivos sistemas para o restante da rede. Caso contrário, os custos da rede serão repartidos para cada vez menos consumidores, principalmente de renda mais baixa e que não possuem condições econômicas de instalar equipamentos do tipo em suas residências.

Ao todo, a Aneel recebeu mais de uma centena de contribuições sobre o assunto. A meta da agência é chegar a uma decisão até o fim do ano. Agentes do setor, porém, já trabalham com a possibilidade de o desfecho do caso ficar para o primeiro trimestre de 2020.

No documento, de 158 páginas, a Absolar ainda indica benefícios líquidos de R\$ 13,3 bilhões para todos os consumidores do setor elétrico até 2035, caso as regras permaneçam como estão. Estes benefícios incluem principalmente ganhos pela energia evitada de novas grandes usinas e diminuição de perdas de transmissão e distribuição. A associação projeta ainda a geração de mais de 672 mil empregos no segmento até 2035.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/06/2019

Seção: Internacional

Autor: Dow Jones Newswires

Título: Irã derruba drone, petróleo sobe, mas Trump minimiza

O presidente Donald Trump sugeriu que a derrubada de um drone militar dos EUA ontem pelo Irã pode não ter sido intencional, mas desencadeada por alguém "descuidado e burro", o que deu um alívio, ao menos momentâneo, ao risco de um confronto militar no Golfo Pérsico. O preço do petróleo, porém, teve forte alta ontem.

A derrubada do drone é mais um de uma série de incidentes que elevam o risco de um conflito militar mais amplo no Oriente Médio.

"Acho difícil acreditar que foi intencional", disse Trump à imprensa na Casa Branca. Seus comentários acrescentaram uma nota de incerteza sobre a reação do governo americano ao episódio.

Trump tuitou horas antes ontem que o Irã tinha cometido "um erro muito grande" e levantou a possibilidade de que os EUA poderiam reagir. Mas os comentários posteriores indicaram que ele recuou dessa posição, embora tenha acrescentado que ainda não dispunha de todos os fatos. "Essa é uma nova pedra no sapato", disse nos comentários posteriores. "Este país não vai tolerar isso."

Menos de uma semana após os EUA terem acusado o Irã de atacar petroleiros, a Guarda Revolucionária iraniana disse que sua força aérea abateu um drone de vigilância americano numa região litorânea do sul do país, junto ao estreito de Ormuz. A Guarda disse que o drone violou o espaço aéreo iraniano e que caiu nas águas iranianas.

Militares americanos confirmaram que um míssil terra-ar iraniano derrubou um drone não tripulado, mas negaram que a aeronave estivesse no espaço aéreo do país.

"As informações iranianas de que essa aeronave foi derrubada sobre o Irã são categoricamente falsas", afirmou o general Joseph Guastella, comandante militar americano de alto escalão no Oriente Médio. Ele disse que o drone voava a grande altitude a cerca de 34 quilômetros da faixa de terra mais próxima da costa iraniana.

O drone de vigilância voava numa área próxima de onde ocorreu o ataque aos petroleiros, disse Guastella. "Esse ataque é uma tentativa de desestabilizar nossa capacidade de monitorar a região depois das recentes ameaças ao transporte marítimo internacional e ao livre fluxo comercial."

O fato de o drone ter sido abatido em espaço aéreo internacional ou iraniano terá importância para a opinião pública mundial.

Um avião oficial de um país não pode sobrevoar o território de outro país sem autorização e não deve pôr em risco aviões civis, segundo a Organização da Aviação Civil Internacional (Icao, na sigla em inglês), da ONU. A fronteira internacional para aeronaves acompanha a fronteira marítima de 12 milhas náuticas, de acordo com a ICAO.

Em nota divulgada pelo Tweeter, o ministro das Relações Exteriores do Irã, Javad Zarif, disse que os EUA mentiram sobre a localização da aeronave e que justificariam sua posição junto à ONU. "Não queremos uma guerra, mas defenderemos com zelo nosso céu, terra & águas", escreveu Zarif.

Posteriormente ele tuitou que o Irã tinha localizado parte dos escombros do drone americano em águas territoriais iranianas.

O drone era um RQ-4A Global Hawk, capaz de realizar missões de espionagem, vigilância e reconhecimento em tempo real sobre amplas regiões, disse o capitão Bill Urban, porta-voz do Comando Central da Marinha americana.

Fabricado pela empresa americana Northrop Grumman, o RQ -4A Global Hawk tem capacidade de voar por 30 horas e envergadura de 130 pés (39,62 m) - ou seja, é ligeiramente mais largo que um jato Boeing 737. Seu preço é de US\$ 130 milhões, sem contar custos de pesquisa e desenvolvimento.

Em reação inicial ao incidente, Trump tuitou que "o Irã cometeu um grande erro" e disse que "vocês vão descobrir" de que maneira ele pretende reagir. O presidente, porém, não descartou a possibilidade de negociações futuras com os líderes do Irã, acrescentando: "Vamos ver o que vai acontecer".

A derrubada do drone é a mais recente escaramuça em um número crescente de confrontos entre o Irã e os EUA e seus aliados.

Os EUA vem expandindo rapidamente a sua presença militar na região em reação ao que definem como comportamento hostil da parte do Irã. O regime iraniano está sob sanções americanas desde que Trump retirou os EUA de um acordo internacional que previa a normalização das relações com o Irã em troca de restrições ao programa nuclear do país.

O comportamento do Irã é "totalmente calibrado", disse Ariane Tabatai, especialista em Irã e cientista política associada da Rand Corporation. "Os iranianos estão acirrado [a situação] intencional e meticulosamente", disse ela, na esperança de fazer com que os EUA reduzam a pressão ou de fortalecer seu próprio poder de barganha nas negociações futuras.

Os preços do petróleo tiveram alta acentuada após a divulgação da notícia do ataque ao drone.

O petróleo tipo WTI (referência nos EUA) subiu 5,4% ontem, para US\$ 56,65 o barril, na Bolsa de Mercadores de Nova York, na maior alta diária desde dezembro. O petróleo tipo Brent (referência mundial), subiu 4,3%, para US\$ 64,45, na ICE, em Londres.

Com a alta, as ações de empresas do setor de petróleo também subiram, o que ajudou o índice S&P 500 da Bolsa de Nova York a fechar em recorde ontem. As

ações do setor subiram 2,2%. "O mercado vinha subestimando amplamente as tensões no Oriente Médio, disse Warren Patterson, estrategista de commodities do banco ING.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/06/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério em alta

O preço do minério de ferro negociado no porto chinês de Qingdao teve ontem nova alta, 2,78%, para US\$ 117,25 a tonelada, segundo a publicação especializada "Fastmarkets MB". O índice leva em conta o produto com pureza média de 62%. Com aumento, a commodity registra o maior nível desde 14 de abril de 2014. Na véspera, a mineradora australiana Rio Tinto reduziu a projeção de embarques de minério na operação de Pilbara da faixa de 333 milhões de toneladas a 343 milhões de toneladas, para um intervalo entre 320 milhões e 330 milhões de toneladas.

Venda da Liquigás

A Petrobras deu início à fase vinculante do processo de venda da Liquigás, segunda maior distribuidora de GLP do país. Os interessados vão receber cartas-convite com instruções sobre os procedimentos de diligência contábil e envio das propostas. As líderes do mercado de GLP, fundos de private equity e Itaúsa estão entre as potenciais interessadas na Liquigás. O **Valor** apurou que ao menos nove grupos acessaram os dados do processo de venda durante a fase não-vinculante, incluindo Ultragaz, Nacional Gás, SHV, Copagaz, uma trading estrangeira e os fundos CVC Capital Partners, Advent, Carlyle e Warburg. O presidente da Ultrapar, Frederico Curado, confirmou em entrevista recente ao **Valor** que o grupo apresentou uma proposta não-vinculante pelo ativo, como sócio minoritário (30%) de um consórcio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/06/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Gás Verde fornece biogás para Ternium, GNV e térmica

A Gás Verde, empresa formada pela holandesa Arcadis e o grupo paranaense J.Malucelli, prevê começar a fornecer, em julho, as suas primeiras cargas de

biogás para a siderúrgica Ternium, no Rio de Janeiro. O contrato viabilizará as operações da usina de Seropédica, um dos três projetos de biogás de aterro sanitário que a companhia lançará neste ano na Região Metropolitana do Rio e que somam investimentos de cerca de R\$ 500 milhões. Juntas, as usinas vão gerar receitas anuais de R\$ 250 milhões.

Seropédica é o maior dos três novos projetos de biogás da Gás Verde no Rio e terá capacidade para produzir 200 mil metros cúbicos diários, o equivalente a 1% do mercado fluminense de gás natural. Um terço da produção será fornecido para a Ternium, localizada em Santa Cruz, na zona Oeste do Rio, e outro terço do volume será entregue para postos de gás natural veicular (GNV). A produção será escoada pela empresa de logística Neogás, por meio de carretas de gás comprimido. A usina de Seropédica tem, ainda, mais um terço de sua produção descontratada.

"Quando estivermos entregando esses dois primeiros grandes contratos [para Ternium e postos de GNV], estaremos mais confortáveis e seguros para assumir novos contratos", afirma o diretor-presidente da Arcadis Logos Energia, Manoel Avelino.

Em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, a Gás Verde recebeu em maio a licença para operar a usina local. O biogás produzido no aterro será usado para geração de energia, numa termelétrica de 17 megawatts (MW) de capacidade instalada. Avelino diz que 90% da geração foi contratada por três anos pela comercializadora da CPFL. A ideia é repetir o modelo no aterro de São Gonçalo. O plano é concluir em outubro a construção da térmica de 8,5 MW, também para o mercado livre de energia.

Avelino conta que, inicialmente, o plano era vender todo o biogás de Seropédica, Nova Iguaçu e São Gonçalo para a Naturgy (Ceg e Ceg Rio), aproveitando-se da lei estadual que obriga as distribuidoras de gás canalizado a comprarem o biogás produzido em aterros do Estado. Segundo ele, porém, a regulamentação sobre os termos da compra não evoluiu conforme o esperado e a empresa reestruturou o seu modelo de negócios.

O executivo destacou que o interesse da empresa é concluir a instalação das três novas usinas e a partir daí buscar novos investidores para os projetos. "É parte da estratégia dos acionistas fazer os investimentos, colocar as usinas para funcionar e depois vender para investidores institucionais", disse.

A intenção é conseguir avançar com a venda até o fim do ano. "A Arcadis [uma das acionistas da Gás Verde] está encerrando um capítulo no Brasil, saindo da área de investimentos para se concentrar na prestação de serviços de

engenharia. Não faz mais parte da estratégia global da empresa ter investimentos em ativos", explicou.

Para Avelino, as discussões do governo sobre um novo marco regulatório para o gás natural devem ajudar a criar um ambiente mais favorável à entrada de novos investidores no mercado brasileiro, uma vez que o novo marco deve incentivar a construção de um mercado livre de gás no país. "Muitos 'players' estão entrando no mercado de gás no Brasil."

Arcadis e a J.Malucelli já têm um histórico em biogás. A holandesa esteve presente nos primeiros projetos do tipo, no Brasil: as usinas de São João e Bandeirantes, em São Paulo, nos anos 2000. No Rio, a Gás Verde opera o controverso projeto de Gramacho, em Duque de Caxias, que produziu volumes inferiores ao previsto - segundo Avelino, por falhas na prestação de informações no projeto original e limitações nas acomodações geotécnicas do aterro. Para ele, Gramacho deixou lições técnicas, mas é considerado uma "página virada" para a empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Rita Azevedo | Do Rio e de São Paulo

Título: Vale monta plano para retomar produção

A decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de permitir a retomada das operações de processamento de minério de ferro a úmido - com uso de água - na mina de Brucutu, em São Gonçalo do Rio Abaixo (MG), abre nova perspectiva para a Vale. A decisão possibilita que Brucutu, um dos principais ativos da mineradora no Estado, volte a trabalhar com 100% de sua capacidade, o que deve ocorrer a partir de hoje ou amanhã. Ao mesmo tempo, a companhia começa a vislumbrar a possibilidade de retomar a produção em outras minas que tiveram a produção paralisada depois da tragédia de Brumadinho, em 25 de janeiro.

Desde o rompimento da barragem de Córrego de Feijão, em Brumadinho, a Vale cortou cerca de 90 milhões de toneladas de produção de minério de ferro em Minas Gerais. Um terço desse montante correspondeu à paralisação da produção a úmido em Brucutu, de 20 milhões de toneladas, que agora será retomada. No total, Brucutu produz 30 milhões de toneladas anuais, sendo que

10 milhões são produzidas pelo método a seco, sem água, parcela que vinha operando antes da decisão do STJ.

Ao informar sobre a volta de Brucutu, a Vale confirmou que sua meta de vendas de minério de ferro e pelotas para 2019 permanece inalterada. Ela compreende uma faixa que vai de 307 milhões de toneladas a 332 milhões de toneladas. A tendência é que, no ano, a Vale venda entre 320 milhões e 322 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas, número mais próximo do centro da meta.

Dentro dos 90 milhões de toneladas cortados existe outro terço que poderá voltar a partir do segundo semestre. Esse volume de mais 30 milhões de toneladas se refere a minas cujas barragens perderam a condição de estabilidade em março. Depois de Brumadinho, houve mudanças nos parâmetros de segurança de barragens no país, o que levou a Vale a rever critérios e a fazer obras para diminuir o risco, e aumentar a segurança das estruturas de rejeitos de mineração.

Assim, a companhia tem a perspectiva de que algumas barragens recebam a condição de estabilidade, em setembro, permitindo a retomada de produção, por exemplo, no complexo de Fábrica e na mina de Timbopeba, ambas em Minas Gerais. A mina de Alegria deve voltar à operação em um momento mais à frente.

Existe ainda outro terço, com mais 30 milhões de toneladas anuais, cujo horizonte de retomada da produção irá exigir mais tempo. Essa produção se refere a minas cujas barragens foram construídas pelo método de alteamento a montante, o mesmo usado em Córrego de Feijão e na barragem de Fundão, da Samarco, que se rompeu em Mariana, em 2015. São nove barragens no total.

Na terça, a Vale divulgou um cronograma para desativação dessas nove barragens a montante. Duas delas serão desativadas até fevereiro de 2020. Cinco serão transformadas a justante - outro método construtivo - antes de serem desativadas. Esse processo irá se estender entre fevereiro de 2020 e janeiro de 2022. Há ainda outras duas barragens que terão o seu fator de segurança elevado em três anos antes do descomissionamento até abril de 2022.

A Vale provisionou US\$ 1,9 bilhão para desativar barragens a montante. Com todas essas medidas, a Vale busca demonstrar às autoridades, inclusive no

judiciário, que suas barragens são seguras. À medida que conseguir fazer essa comprovação, espera liberar as barragens para voltar a operar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/06/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Dommo X Petronas

A Dommo Energia apresentou requerimento de arbitragem na Câmara de Comércio Internacional contra a Petronas Brasil, alegando que a subsidiária da companhia malaia violou os termos de acordo firmado em 2013 para a aquisição de participação no campo de Tubarão Martelo, na Bacia de Campos. A Petronas fechou acordo com a OGX, que posteriormente se tornaria a Dommo, para comprar 40% de participação no campo, por R\$ 2,6 bilhões, mas desistiu seis meses depois porque a OGX entrou em recuperação judicial.

Modec atende Petrobras

A Petrobras assinou nesta semana uma carta de intenção com o grupo Modec para o afretamento da plataforma do projeto Búzios 5, oriundo do contrato de cessão onerosa, no pré-sal da Bacia de Santos. O início da produção está previsto para 2022. A unidade será instalada a cerca de 180 quilômetros da costa brasileira, em lâmina d'água de 1.900 metros. Búzios 5 contempla a interligação de até 15 poços e terá capacidade de processar até 150 mil barris/dia de petróleo e 6 milhões de metros cúbicos diários (m³ dia) de gás natural.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/06/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo

Título: Estudo propõe melhorias em licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental pode ser aperfeiçoado com uma melhoria na gestão de processos e por meio de decretos, portarias e resoluções, sem ser necessária a aprovação do projeto de lei que tramita no Congresso e foi elaborado pela Frente Parlamentar da Agropecuária. Esta é uma das mensagens centrais de estudo assinado pelo Cebds, entidade que agrupa grandes empresas.

Trata-se da análise "Contribuições para o debate sobre a melhoria da gestão do licenciamento ambiental federal", conduzida pela Paradigma Soluções em Gestão Ambiental a pedido do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds).

"Licenciamento é tema que polariza muito. Decidimos juntar empresas e produtores rurais para vermos como desburocratizar o processo", diz Marina Grossi, presidente da Cebds. "Não basta mudar a lei. Pode-se incorrer nos mesmos problemas de hoje", continua.

"Temos que partir daquilo que já se tem e indicar o que deveria ser melhorado. Não é preciso esperar pelo projeto que tramita no Congresso", diz Claudio Langone, ex-secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente durante a gestão de Marina Silva, fundador da consultoria Paradigma e diretor técnico do estudo.

Um dos pontos sugeridos no documento seria o governo discutir uma regulamentação específica do artigo da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, que garante a povos indígenas e tribais o direito de serem consultados antes da decisão sobre obras que possam afetá-los. A Portaria Interministerial 60, de 2015, disciplina, por exemplo, em que momento a consulta deve ser feita, lembra Langone, e poderia ajudar neste processo. "O Brasil já tem um caminho andado. Precisa aperfeiçoá-lo", defende.

"Uma das questões que os empreendedores mais pedem é a padronização de procedimentos", diz Langone. Isso poderia ocorrer nos termos de referência, os documentos que indicam que tipo de informação deve ser colocado nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de uma hidrelétrica, por exemplo. A ideia é definir padrões e agilizar o processo.

Segundo o consultor, entre 80% a 90% do que precisa ser estudado, no caso de uma hidrelétrica, é o mesmo para todas as demais. É o caso de projetos de petróleo e gás ou linhas de transmissão. "Com a padronização de procedimentos no que é possível, tira-se a sobrecarga de trabalho de técnicos especializados. Ainda, é possível reduzir a subjetividade das análises, conseguir melhor fluxo nos órgãos ambientais e evitar a judicialização", diz Marina.

Outra sugestão dos empresários é tornar os EIAs instrumentos mais focados no prognóstico. Desta forma, o licenciamento seria também uma base para programas de gestão ambiental do empreendimento. Organizar a relação entre o Ibama e outros órgãos, como Funai e Fundação Palmares, é outro destaque. "Precisa informatizar essa comunicação, tornar procedimentos automáticos", diz Langone.

O projeto de lei que tramita no Congresso tem cronograma de dez audiências públicas. A base governista espera aprová-lo antes do recesso parlamentar em julho.

O Cebds reúne cerca de 60 dos maiores grupos empresariais do país, com faturamento equivalente a cerca de 45% do PIB.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/06/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor:

Título: Curtas

Processo da Chesf

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF) retirou de pauta o processo em que dez empresas geradoras de energia, todas do grupo econômico Ventos Potiguares, cobram indenização de meio bilhão de reais da Chesf, subsidiária da Eletrobras. Esse caso envolve o atraso na construção de linhas de transmissão para o escoamento da energia produzida em um parque eólico do Rio Grande do Norte e, segundo a União, pode impactar toda a estrutura energética do país. O julgamento seria retomado na tarde de quarta-feira com o voto-vista do desembargador Robson Barbosa de Azevedo. Segundo informaram na sessão, no entanto, ele teve um problema de saúde e entrou em licença médica por um período de dez dias. Não há informações sobre a nova data de julgamento. A Chesf foi condenada pela primeira instância a pagar a quantia e tenta reverter a derrota no TJ-DF. O julgamento havia começado em março. Na ocasião somente o relator, desembargador Josaphá Francisco dos Santos, votou. Ele entendeu por manter a decisão. Depois que o voto-vista foi apresentado, um terceiro desembargador também julgará a matéria. Se a decisão não for unânime, mais dois julgadores serão chamados. O imbróglio está no "descasamento" da conclusão das obras das linhas de transmissão e da construção do parque eólico. A Chesf tem a concessão das linhas e o grupo Ventos Potiguares venceu o leilão para implantar e explorar o parque eólico. **(Joice Bacelo, de Brasília)**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 21/06/2019****Seção: Economia****Autor: Anne Warth / BRASÍLIA****Título: Governo vai lançar plano do 'gás mais barato'**

Programa, que promete reduzir preço em até 50%, deve sair nos próximos dias

Para reanimar a economia e cumprir a promessa do choque da energia barata, o governo deve lançar nos próximos dias um programa para reduzir o preço do gás. Batizado de Novo Mercado de Gás, o plano tem como principal pilar o enfrentamento de monopólios que dominam há anos o setor – principalmente as distribuidoras, que atuam em Estados, e a Petrobrás. A ideia é criar um ambiente de mercado, com mais concorrentes, e aproveitar o aumento da oferta do gás das áreas do pré-sal para tentar reindustrializar o País. O ministro da Economia, Paulo Guedes, quer alcançar uma queda de até 50% no preço do gás.

Hoje, a indústria paga de US\$ 12 por milhão de BTU, mais que o dobro do valor pago nos EUA, de US\$ 4, segundo dados da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace). Para a entidade, preços competitivos podem adicionar 1% de alta anual ao PIB e gerar 12 milhões de empregos em dez anos. Diferentemente do governo Temer, que tentou promover a abertura do mercado de gás por meio de uma lei no Congresso Nacional, a gestão Bolsonaro aposta em medidas infralegis, que não precisam ser aprovadas por parlamentares.

Para isso, conta com o apoio do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), colegiado de ministros presidido pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)**, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP). Dessa vez, o governo tem a Petrobrás como aliada, já que a companhia quer concentrar seus investimentos em produção e exploração em águas profundas e reduzir suas participações em dutos, distribuidoras e refinarias. Embora não seja a única produtora de gás, a Petrobrás é dona da maioria dos gasodutos de transporte do País. E apesar de ter vendido sua malha de gasodutos no Sudeste – NTS e TAG –, manteve o carregamento e o direito de ocupá-los, o que, na prática, a mantém como única usuária das estruturas.

Sem acesso aos dutos, outras petroleiras têm que vender o insumo para a Petrobrás. Quem quiser importar também precisa negociar com a estatal, pois ela é dona das unidades que processam o gás trazido por navios. Revisão. Essa condição será revista pelo Cade, que vai anunciar um acordo com a Petrobrás

na quarta-feira. A companhia deve assinar um termo de compromisso em que aceita vender transportadoras e distribuidoras e abrir mão da exclusividade no uso da capacidade dos dutos. A Petrobrás também deverá dar acesso a dutos de escoamento, unidades de processamento e terminais de GNL. Está em negociação, também exigência de desinvestimentos na área de produção.

Será o segundo acordo com a companhia com o Cade, que anunciou, em 12 de junho, a venda de 8 refinarias, de um total de 13. A vantagem do acordo é que os processos que apuram práticas anticompetitivas da Petrobrás serão encerrados. As diretrizes desse acordo serão dadas pelo CNPE, que deve anunciá-las na segunda-feira. Também haverá recomendações à ANP e aos próprios ministérios. Caberá à ANP regular as medidas e promover chamada pública para que outras companhias possam usar os gasodutos, além de regular o acesso a unidades de processamento e terminais da companhia por outras empresas.

Também será responsável por elaborar práticas a serem adotadas pelos Estados, como criação de agências reguladoras e adoção de medidas para criar a figura do consumidor livre – empresas que, como no setor elétrico, podem negociar diretamente com produtores e comercializadores, sem intermediação das distribuidoras. Como muitos Estados também são sócios dessas empresas, será papel do Ministério da Economia incentivá-los a abrir mão dessas participações. Em troca, eles poderão obter financiamentos com garantia da União. Essa é uma das principais demandas, devido à crise fiscal, e faz parte do Plano Mansueto. Na frente. Sergipe, por exemplo, saiu na frente e quer ter o gás mais barato do País, após a descoberta de grandes reservas de pré-sal na costa.

O governo agora trabalha para regulamentar normas que atraiam novamente a indústria para gerar investimentos e empregos no Estado. Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Espírito Santo também se movimentam. Para o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores (Abrace), Paulo Pedrosa, é fundamental que o governo crie um ambiente para permitir o aproveitamento do gás pelo mercado interno. Do contrário, produtores podem preferir exportar o insumo para outros países.

"Essa é a oportunidade de retomada da economia. O gás do pré-sal pode ser para o Brasil o que o shale gás foi para os Estados Unidos", disse. A descoberta do shale gás levou à queda do custo do produto e é apontada como a principal razão da retomada da produção industrial nos EUA. Já o presidente executivo da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegas), Augusto Salomon, expressou preocupação.

Para ele, as medidas podem gerar insegurança e judicialização ao setor. "Acreditamos que os governadores perceberão que a destruição dos serviços locais de gás canalizado, um ativo do Estado, e o "desincentivo" à expansão da infraestrutura de rede, não são um caminho positivo. Não atrai investimentos, não gera empregos, renda e arrecadação. As térmicas são importantes, mas a indústria é mais", disse. A entidade cobrou ainda respeito aos contratos de concessão em vigência - o prazo de exploração varia de 30 a 50 anos e alguns contratos garantem rentabilidade mínima de 15% a 20% ao ano, segundo a ANP. A Petrobrás foi procurada, mas não se pronunciou. /COLABOROU LORENNNA RODRIGUES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/06/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Fim do monopólio no refino

O acordo celebrado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Petrobrás, pelo qual a estatal se compromete a vender oito refinarias de petróleo até dezembro de 2021, representa o início da quebra de um monopólio virtual. Atualmente, a estatal detém 98% de participação no mercado de refino de petróleo, restando para os concorrentes, na prática, apenas a disputa do mercado de importação de derivados, da qual participam empresas com pouca presença nacional. Mesmo com a venda das oito refinarias mencionadas no Termo de Compromisso de Cessação (TCC) assinado pelo Cade e pela Petrobrás, a estatal manterá pelo menos metade de sua atual capacidade de refino, o que continuará a lhe assegurar grande poder no mercado.

Além disso, embora o TCC contenha mecanismos que impedem a formação de monopólios regionais – que reduziriam a competição em algumas áreas –, não está garantido que, em escala nacional, não surja um número tão pequeno de novos operadores que, na prática, reduza ou até impeça a competição. De todo modo, o acordo representa um avanço importante numa área até agora quase toda dominada por uma única empresa, a qual, por sua vez, dado o seu poder de mercado, não poucas vezes foi utilizada por seu controlador – o governo federal – para a prática de políticas de preços populistas que lhe impuseram severas perdas.

"Poder de monopólio não se justifica em uma sociedade livre e democrática, porque é restrição à liberdade de escolha das pessoas e gera várias distorções contrárias ao crescimento econômico", observou o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, após a homologação do acordo. O setor de refino da Petrobrás foi o mais prejudicado pela maneira como a administração

lulopetista utilizou a estatal para tentar viabilizar sua política econômica irresponsável.

A construção de refinarias de viabilidade econômica questionável, dado seu alto custo, foi iniciada nessa época por razões meramente políticas. A Refinaria Abreu e Lima, por exemplo, foi programada pelo governo petista para agradar a um governante estrangeiro, o venezuelano Hugo Chávez – cuja gestão lançou o país numa grave crise que piorou no governo de seu sucessor, Nicolás Maduro –, na forma de uma sociedade em partes iguais entre os dois países. Nunca houve dinheiro venezuelano no projeto, cujo custo, já excessivamente elevado nas primeiras projeções, acabou sendo várias vezes maior do que o projetado.

O complexo petroquímico do Rio de Janeiro, o Comperj, igualmente decidido de acordo com critérios político-eleitorais, teve suas obras paralisadas por muito tempo por causa de seu custo excessivo. Para prejudicar ainda mais o setor de refino da Petrobrás, os governos petistas impuseram severa compressão do preço dos derivados na saída das refinarias, o que impediu a empresa de acompanhar os preços internacionais.

E, para abastecer o mercado interno em expansão, a estatal, que não conseguia aumentar sua capacidade de refino na mesma velocidade, muitas vezes teve de importar derivados a preços internacionais e vendê-los a preço controlado pelo governo. Estima-se que essa política tenha imposto perdas que superaram R\$ 100 bilhões à empresa, que se viu forçada a se endividar e a cortar investimentos. O acordo com o Cade estabelece também um cronograma para a Petrobrás vender integralmente as oito refinarias, exatamente as mesmas que faziam parte das diretrizes do programa de desinvestimentos que o Conselho de Administração da empresa havia aprovado no fim de abril.

Na ocasião, a Petrobrás previu que a venda de oito ativos de refino – incluindo a Refinaria Abreu e Lima e o Comperj – poderá render até US\$ 20 bilhões. Note-se, porém, que o TCC assinado pelo Cade e pela Petrobrás preserva o parque de refino do Sudeste, particularmente as refinarias do Estado de São Paulo, justamente as mais integradas e as que têm maior capacidade para suprir mercados fora de sua região. Isso também ajuda a estatal a manter seu poder de mercado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Elena Landau

Título: Estrada acidentada

O Supremo Tribunal Federal ratificou o procedimento de privatização que é utilizado desde 1990, com a base na lei que criou o Programa Nacional de Desestatização (PND). Ao suspender as liminares dos ministros Lewandowski e Fachin, que paralisaram a venda de estatais e subsidiárias, a maioria dos ministros reafirmou que a participação do Estado na atividade econômica é exceção, e não regra, como determina o art.173 da Constituição. Sua presença só se justificaria em casos de interesse público, definidos em lei, e quando imperativo à segurança nacional.

O STF não inovou em nada. A regra sempre foi clara. A Lei do PND funciona como uma autorização genérica dada pelo Legislativo ao Executivo, que por decreto define quais empresas estatais serão incluídas no processo, seja para vender seu controle seja para encerrar suas atividades. Para Petrobrás, Eletrobrás, Caixa e Banco do Brasil há necessidade de autorização específica porque há leis que vedam sua privatização. Já é hora de rever esses impedimentos, pois o País mudou e as justificativas para mantê-las sob controle estatal não existem mais. Derrubada a liminar de Lewandowski, não há mais desculpa para não avançar com as privatizações.

Agora só precisa de vontade política. Mas nesta mesma semana, o governo, que já havia desistido de vender a EBC e Ceitec, anunciou que vai manter mais 12 estatais ligadas à área militar. E para as grandes empresas, o foco continua sendo apenas a venda de subsidiárias. Guedes prometeu arrecadar R\$1 trilhão em leilões de desestatização. Mais importante que a delirante projeção era a determinação em privatizar tudo. Esqueceu de combinar com os russos; o presidente sempre mostrou restrições à venda de empresas consideradas por ele estratégicas.

A expressão "estratégica", que não é jurídica, é utilizada de forma corriqueira pelos governantes para defender seus interesses políticos e reforçar o imaginário popular contra a venda de patrimônio público. Há muito tempo que defendo a ideia de utilizar o procedimento do PND, de que basta uma lei geral, para colocar todas as estatais no programa por decreto, com exceção das que tiverem impedimento legal. O sinal estaria dado para um novo Estado começar a ser redefinido após anos de estatismo e intervencionismo. O Estado está falido, em todos os níveis de governo, sem condição de fazer os investimentos necessários para uma retomada sustentada do crescimento.

Com as sucessivas revisões para o PIB, que hoje estão em torno de apenas 1%, atrair o investimento privado, em especial para infraestrutura, é ainda mais imperativo. Mas o capital privado é avesso ao risco jurídico e regulatório que domina o setor de concessões e privatizações. A liminar do ministro Fachin mostrou que nem mesmo as longas tratativas com TCU, estabelecendo uma modalidade de leilão em etapas para a venda da TAG, foram suficientes para

dar segurança ao negócio. A insegurança não vem de hoje. A venda de participação acionária da Cemig nos anos 90 sofreu dois reveses importantes: os direitos de voto assegurados em edital ao bloco minoritário, assim como a prerrogativa de prorrogação de suas concessões, foram revogados sem que fossem previstas compensações aos investidores.

Em Goiás, o governador eleito este ano quis impor novas obrigações aos compradores da CelgD, revendo as condições do leilão e do contrato. Os exemplos são muitos e existem em todas as áreas: aeroportos, rodovias ou ferrovias. A hipertrofia dos órgãos de controle, substituindo as funções das agências reguladoras, deslegitimadas pela captura política, tem mais atrapalhado que ajudado. Para o sucesso na venda de empresas é importante uma governança bem desenhada, como se vê na infraestrutura. O ministro Tarcísio vem conduzindo com competência a área de concessões, obtendo sucesso nas licitações deste início de governo exatamente por redesenhar as regras de leilão com objetivo de mitigar o risco.

O programa de privatizações está sem comando, sem foco e sem cronograma. Cada ministério faz seu lobby e as estatais vão sobrevivendo. O Tesouro Nacional, representando a União, deveria definir os ativos a serem vendidos e a Secretaria de Desestatização conduzir o processo. No entanto, são os últimos a opinarem. O BNDES perdeu a embocadura durante os anos de governo PT. A nova direção talvez consiga recuperar o papel predominante que o banco já teve nesta área. As instituições privadas poderiam auxiliar no processo de venda de ativos, como vêm fazendo nas operações de desinvestimentos. É preciso ser mais ágil mantendo a transparência. A estrada para novos investimentos não precisa ser tão acidentada.

ECONOMISTA E ADVOGADA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/06/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Com R\$ 107 bi em ações, BNDES tem dificuldade para vender participações

Ofertar muitas ações da Petrobras, que tem maior peso na carteira do banco, poderia depreciar valor; Brumadinho afetou preço da Vale

Nicola Pamplona

Rio de Janeiro- Apesar das críticas sobre sua participação no mercado acionário, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) acelerou nos últimos anos a venda de participações que mantém em outras empresas.

O processo, porém, esbarra na elevada concentração de sua carteira em ações da Petrobras e da Vale.

A demora para reduzir o tamanho da carteira era uma das críticas da área econômica do governo à gestão de Joaquim Levy, que pediu demissão no domingo (16) em resposta a reclamações do presidente Jair Bolsonaro — que, no dia anterior, dissera "estar por aqui" com o executivo.

Ao fim do primeiro trimestre de 2019, a carteira de ações do BNDESPar, braço de participações do banco, valia R\$ 106,84 bilhões. Embora tenha se desfeito de fatias importantes em empresas como Eletropaulo e Fibria, o valor da carteira cresceu 38% desde 2016, acompanhando a melhora da Bolsa de Valores.

O valor compreende apenas as ações em 37 empresas com capital negociado em Bolsa.

Além delas, o BNDES tem fatias em 80 empresas fechadas, que valem, de acordo com a instituição, R\$ 3,97 bilhões (possui ainda R\$ 7,8 bilhões em debêntures de renda variável e outro R\$ 1,86 bilhão em fundos de investimento).

A redução da presença em empresas negociadas em Bolsa já estava nas prioridades das últimas gestões. Em 2017, o BNDES teve lucro de R\$ 3,7 bilhões com a venda de ações. Em 2018, o ganho saltou 65%, para 6,1 bilhões, "devido à aceleração das vendas e apreciação da Bolsa", segundo informou o banco na ocasião.

No primeiro trimestre de 2019, foram R\$ 10,1 bilhões. O resultado foi obtido principalmente com venda de ações da empresa de celulose Fibria, que rendeu R\$ 6,8 bilhões, e da Petrobras, que garantiu outros R\$ 2 bilhões de ganho no período. Em entrevista para detalhar o balanço, o então presidente Levy disse que o objetivo era manter o ritmo de desinvestimentos para reduzir volatilidades em seu balanço e, por outro lado, concentrar a aplicação de recursos em empresas nascentes e infraestrutura. "Carregar Petrobras não traz valor adicionado", afirmou, na ocasião.

A menção à petroleira estatal não foi feita à toa: 44,3% do valor da carteira do banco, ou R\$ 53,4 bilhões, refere-se a ações da Petrobras. Outros 13,7% (R\$ 16,5 bilhões) são da Vale. Mais três empresas (Eletrobras, JBS e Suzano) respondem por 21,2%.

O banco vem vendendo ações da Petrobras, mas em ritmo ainda considerado insuficiente pelo governo: no primeiro trimestre, se desfez do equivalente a 1,1% do capital da estatal, mas mantém ainda 13,9%.

A justificativa é que a oferta de um volume alto de ações pode depreciar o valor dos papéis.

No caso da Vale, o projeto de venda das ações foi suspenso após a tragédia de Brumadinho, em janeiro, que derrubou o valor de mercado da mineradora. Os papéis só serão oferecidos ao mercado quando estiverem mais valorizados.

Com a melhora do desempenho das empresas, porém, o BNDES tem recebido mais dividendos das companhias em que tem participação. Em 2018, foi R\$ 1,6 bilhão.

Em evento na sede do banco na quarta (19), o ex-presidente do BNDES José Pio Borges defendeu uma maior rotatividade da carteira do BNDESPar, com ciclos de investimento entre cinco e seis anos.

O banco carrega até hoje, por exemplo, ações da Petrobras adquiridas no processo de capitalização da estatal, em 2010.

O ex-presidente Luciano Coutinho, que conduziu essa aquisição quando estava à frente da instituição, defendeu que o BNDESPar é gerador de caixa para o banco e, portanto, a compra de ações não é feita com dinheiro subsidiado do governo.

Entre 2007 e 2015, afirma, a subsidiária gerou R\$ 23 bilhões de caixa, com lucro acumulado de R\$ 16 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Deixe em paz meu coração

A turma técnica do BNDES é um pote até aqui de mágoas com a forma grosseira como foi trocado o comando da casa. Uma das críticas, a de que o banco está demorando a privatizar, também é rechaçada. A turma aponta, por exemplo, que a privatização da distribuidora de energia CEB, de Brasília, avança com velocidade e, mesmo no caso da Cedae (em que o governador Witzel foi contra a venda pura e simples), as alternativas apresentadas pelo BNDES estariam sendo bem vistas pelo Estado do Rio.

VEÍCULO: O Globo**Data: 21/06/2019****Seção: Mundo****Autor:****Título: Confronto direto entre EUA e IRÃ**

Teerã derruba drone que afirma ter invadido seu espaço aéreo; Trump nega

WASHINGTON E TEERÃ- Em um novo capítulo do acirramento das tensões entre Estados Unidos e Irã, Teerã anunciou ontem que derrubou um drone americano que teria invadido seu território. Washington alegou que o equipamento estava em espaço aéreo internacional, e o governo iraniano respondeu levando o caso à ONU. O episódio vem dias depois de os EUA culparem o país persa por ataques a dois navios no Estreito de Ormuz, região por onde passa cerca de 20% de todo o petróleo comercializado no mundo.

Reagindo ao incidente, o presidente americano Donald Trump tuitou que "o Irã cometeu um erro muito grande". Logo depois, em entrevista, ele tratou do ocorrido de maneira mais amena, sugerindo que a ação pode não ter sido intencional:

— Eu imaginaria que foi um general ou alguém que cometeu um erro ao abater o drone. Pode ter sido alguém idiota ou que agiu por conta própria — disse, acrescentando que teria sido mais grave se o aparelho fosse tripulado.

O aumento do risco de um confronto militar no Golfo Pérsico fez o preço do petróleo aumentar. A cotação do barril tipo Brent, parâmetro internacional, teve alta de 4,66%, para US\$ 64,69, enquanto a cotação americana subiu 6,3%, para US\$ 57,13 o barril.

Segundo o Irã, a aeronave espiã americana foi derrubada na região da província de Hormozgan, na costa sul do país.

— A derrubada foi uma clara mensagem para os EUA. Nossas fronteiras são o último limite e vamos reagir com veemência contra qualquer agressão — disse Hossein Salami, comandante da Guarda Revolucionária.

— O Irã não está procurando uma guerra, mas estamos preparados para nos defender.

Os militares americanos alegaram que o drone estava em águas internacionais, a 34 quilômetros da costa do Irã. A posição exata do equipamento, identificado pelos dois países como um RQ-4 Global Hawk, é importante porque determinaria qual Estado é o agressor.

— Nenhuma aeronave americana estava operando no espaço aéreo iraniano — disse Bill Urban, porta-voz do Comando Central dos EUA, baseado no Qatar.

— Foi um ataque não provocado a um equipamento de vigilância americano em espaço aéreo internacional.

"SENSO DE URGÊNCIA"

O chanceler iraniano, Javar Zarif, disse que o drone foi lançado de uma base dos EUA nos Emirados Árabes em modo "invisível" aos radares. Ele alegou que destroços do aparelho foram recolhidos em águas territoriais iranianas, e anunciou que o país levaria o caso à ONU, o que foi feito logo depois em carta ao secretário-geral da organização, António Guterres. Na carta, o Irã diz que o drone invadiu seu espaço aéreo "apesar de sucessivas advertências", e pede que a comunidade internacional pressione os EUA a parar as atividades "ilegais e desestabilizadoras" no Golfo Pérsico.

O incidente desta quinta-feira é o primeiro episódio recente a envolver diretamente forças militares americanas e iranianas. Mesmo com os dois lados afirmando que não desejam um conflito, incidentes do tipo podem precipitar uma guerra, dizem analistas.

A tensão vem crescendo desde maio de 2018, quando Donald Trump retirou os EUA do acordo nuclear firmado entre Teerã e as principais potências globais em 2015. Pelo acordo, o Irã se comprometeu a não produzir a bomba atômica, em troca dos benefícios econômicos que esperava obter com o fim das sanções internacionais de que era alvo. A volta das sanções de Washington anulou esses benefícios, já que seu caráter extraterritorial atinge o comércio e os investimentos no Irã de outros países.

Trump afirma estar empenhado em reduzir a zero as exportações de petróleo do Irã, punindo os países que comprarem o produto de Teerã. As exportações iranianas caíram de 2,5 milhões de barris por dia em abril de 2018 para 400 mil barris por dia em maio deste ano.

Na segunda-feira, horas após o Irã advertir que pretende elevar seu estoque de urânio enriquecido para níveis acima dos 300 quilos previstos no acordo nuclear, Trump anunciou o envio de mais mil soldados ao Oriente Médio, onde, só na região do Golfo Pérsico, os EUA já mantêm uma presença permanente de ao menos 29.400 militares.

Para analistas ouvidos pelo New York Times, o Irã vinha gerenciando os custos da saída dos EUA do acordo nuclear na esperança de que os países europeus, ansiosos pela paz, e os asiáticos, famintos por petróleo, tentassem conter

Washington. O cálculo mudou nas últimas semanas, disse Ellie Geranmayeh, especialista em Irã no Conselho Europeu de Relações Exteriores:

— O Irã pretende criar um senso de urgência entre os europeus, bem como entre chineses e russos, obrigando esses governos a controlarem os EUA em seu nome.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 21/06/2019

Seção: Brasil

Autor: Larissa Ricci

Título: Cidade paraense quer retomada da mineração

Os reflexos da paralisação da atividade minerária mobilizam a Prefeitura de Ourilândia do Norte, no Pará. A administração municipal vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar reverter a decisão de manter suspensão as atividades de um dos maiores complexos do estado da Região Norte do Brasil. A Vale interrompeu, na segunda-feira, as atividades de processamento de níquel da usina de Onça Puma. A suspensão ocorreu depois de uma longa batalha judicial, que começou com a suspeita de contaminação por metais pesados no Rio Cateté, no qual aldeias indígenas teriam sido afetadas. Entretanto, a empresa contesta a informação e aponta que sete laudos de peritos nomeados por juiz federal descartam a hipótese de contaminação.

Com a paralisação total da mineração, os efeitos já começam a ser percebidos. A Prefeitura de Ourilândia do Norte informou que planeja demitir servidores, além de fechar uma escola e dois postos de saúde da zona urbana. O prefeito Romildo Veloso (PSD) afirma que a cidade está em situação de colapso: “Já estamos planejando pelo menos 500 demissões diretas de trabalhadores da administração municipal. E mais de 800 pessoas devem ser mandadas embora da Vale”, disse.

A paralisação compromete fontes de renda e uma massa salarial de aproximadamente R\$ 100 milhões, que poderá deixar de circular, também, na região vizinha. “A suspensão desestrutura todo o sistema. Precisamos reverter essa situação”, disse o chefe de gabinete da prefeitura, Francisco Carvalho. Por isso, responsáveis pela administração municipal virão a Brasília, hoje, em busca de apoio.

Foi na segunda-feira que a Vale informou a suspensão das atividades de processamento de níquel da usina de Onça Puma, onde a extração mineral já

não vinha sendo feita. “Cabe lembrar que a extração mineral das minas de Onça Puma está suspensa desde setembro de 2017, por força de decisão judicial anterior, decorrente de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal contra a Vale, o estado do Pará e a Fundação Nacional do Índio (Funai)”, informou a empresa, em fato relevante. A mineradora afirmou ainda que, embora não tenha sido formalmente intimada, tomou conhecimento de decisão proferida por desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1) determinando a suspensão das atividades da usina onde era transformado o minério.

O desembargador Antonio Souza Prudente aumentou para R\$ 200 mil a multa diária para a mineradora por dia em que sejam desenvolvidas atividades na mina Onça Puma. “Continuamos a contestar e recorrer das decisões de paralisação, ação reforçada por sete laudos de peritos nomeados pelo juiz federal competente”, ressalta a empresa.

Brucutu

Em Minas Gerais, a retomada das atividades do maior empreendimento da Vale no estado — o Complexo de Brucutu — é esperada para as próximas horas, depois da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que aceitou argumentos da Prefeitura de São Gonçalo do Rio Abaixo, região central de estado, sobre as perdas econômicas do município em decorrência da paralisação.

O STJ autorizou a Vale a retomar as atividades na Barragem Laranjeiras, pertencente a Brucutu, a 84 quilômetros de Belo Horizonte. A decisão foi tomada depois de longa batalha judicial. Em 6 de fevereiro, uma decisão da Justiça de primeira instância suspendeu as atividades da mina, devido ao “risco severo de rompimento” da barragem. A retomada da mineração foi autorizada em 19 de março, mas novamente suspensa em maio pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A prefeitura argumentou ainda que a barragem tem declaração de estabilidade recente, o que afastaria risco de rompimento.

O presidente do STJ, ministro João Otávio de Noronha, acatou os argumentos da Prefeitura de São Gonçalo do Rio Abaixo, que alegou que a paralisação do setor na cidade afeta diretamente o interesse público e a economia local. “Se, de um lado, a paralisação das atividades da barragem em questão teve como objetivo a preservação da segurança da sociedade e do meio ambiente, de outro lado, não observou questões também relevantes e acabou por afetar, direta e indiretamente, a economia da municipalidade”, registrou o magistrado. O ministro enfatizou o “papel socioeconômico expressivo” que o setor tem na geração de renda e empregos, bem como na arrecadação tributária do município.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 21/06/2019****Seção: Cidades****Autor: Alan Rios/ Darcianne Diogo****Título: Potencial para energia solar**

O Distrito Federal entrou no período de estiagem, com predominância de sol para os próximos meses. Com tanto tempo de céu aberto, a capital aparece como um dos melhores polos de captação de energia solar do país. No entanto, a inovação ainda não é bem explorada no DF. Segundo levantamento da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), a região está na 18ª colocação no ranking das unidades federativas com painéis instalados. Quem vai na contramão desse atraso registra resultados positivos, como a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô/DF), que economiza R\$ 25 mil por mês com energia elétrica, e a Universidade de Brasília (UnB), que deixa de gastar R\$ 12 mil mensais devido aos equipamentos colocados nos campi da Asa Norte, de Ceilândia, Planaltina e do Gama.

Entre os impasses para o consumo de energia solar em Brasília está a falta de investimento em políticas públicas e o difícil acesso à linha de financiamento para pessoas físicas. Segundo a vice-presidente de Geração Distribuída da Absolar, Bárbara Rubim, o DF tem vantagens para estar entre os primeiros colocados no desenvolvimento da fonte solar. “Temos a questão da radiação, não chove tanto, além de ser uma área propícia para a construção de usinas”, afirma.

Em busca de adotar métodos sustentáveis, o aposentado Mário Ângelo Cherim, 62 anos, instalou um painel de captação de energia solar em casa. Morador de Vicente Pires, a residência, com área de 800 metros quadrados, é abastecida com a energia do Sol há um ano e meio. “O meu genro tem uma firma de energia solar. Às vezes, o ajuda na criação de projetos. Então, para saber como era, resolvi experimentar e não me arrependi”, conta. Segundo ele, a instalação do equipamento trouxe benefícios, tanto para a preservação do meio ambiente quanto para a economia. “A minha conta de luz vinha R\$ 500. Hoje, eu pago só R\$ 80. Além disso, é uma energia inesgotável, limpa e renovável.”

No Brasil, a situação melhora por causa de atitudes pessoais e empresariais. Entre 2016 e 2018, o aumento na capacidade de energia solar saltou de 0,1% para 1,4%, e cerca de 41 mil novas usinas foram instaladas, de acordo com o Caderno ODS 7 — O que mostra o retrato do Brasil?, publicado neste ano pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). “Houve um crescimento grande nos investimentos em energia renovável nos últimos cinco anos. Em 2017, por exemplo, a soma da energia solar no país era de 0,7%, mas foi para

1,7% em março deste ano”, detalha José Mauro de Moraes, pesquisador de energias renováveis do Ipea.

Custo

Entretanto, algumas barreiras podem tornar o processo lento para o consumo de energia renovável. “O primeiro ponto é a falta políticas públicas por parte do governo, o que afeta a vinda de investimentos para cá, além de prejudicar a cadeia produtiva, que é extremamente importante, pois gera empregos. Também temos a questão do acesso à linha de financiamento. Temos algumas adequadas para pessoas jurídicas. Mas as pessoas físicas carecem de uma oferta representativa para que não tenham juros tão altos”, explica Bárbara Rubim, da Absolar.

Apesar das dificuldades, a captação de energia solar tem efeitos em diversas áreas, pois preserva o meio ambiente e gera empregos. Segundo o pesquisador José Mauro, a meta é de que a emissão de gás carbônico, que provoca o efeito estufa e o aquecimento global, diminua 37% até 2025 com o uso da energia solar. “Para atingir esse objetivo, temos de manter os leilões de compra e venda de energia elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que, cada vez mais, trazem oportunidades de energia solar e facilitam as formas de financiamento”, destaca Bárbara.

De acordo com a Absolar, até 2022, R\$ 21,3 bilhões serão investidos no setor solar fotovoltaico, referentes aos projetos contratados em leilões no mercado regulado de energia elétrica. O preço também tende a diminuir para a geração centralizada (governo). Em 2015, o valor médio em dólar de energia solar era de US\$ 78,32. Em 2018, baixou para US\$ 33,25.

“Temos a questão da radiação, não chove tanto, além de ser uma área propícia para a construção de usinas”

Bárbara Rubim, vice-presidente de Geração Distribuída da Absolar

Ações no DF

Algumas iniciativas marcam a implementação de energia solar na capital federal. No câmpus da Universidade de Brasília (UnB) em Ceilândia, foram instaladas 134 placas neste ano. O sistema é capaz de produzir 44,22 kW/h por dia. A instalação custou R\$ 214 mil, arrecadados pela própria instituição.

Os quatro câmpus da UnB receberam as plantas de energia solar. No de Planaltina e no Darcy Ribeiro, na Asa Norte, foram colocados painéis de 44kWp, com energia gerada mensal de aproximadamente 6.233,2 kWh, o que equivale à

economia de R\$ 3,6 mil por mês. A unidade do Gama recebeu uma planta de 100kWp, o que representa lucro de R\$ 8 mil. “Essa plataforma pode ser reaproveitada em diferentes instituições, inclusive em outros prédios públicos, proporcionando uma melhor gestão da energia elétrica. Para nós, atingir esse objetivo foi uma vitória”, diz a professora de engenharia elétrica da UnB Loana Nunes, fundadora do projeto.

Metrô

As estações de Samambaia Sul e Guariroba, da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô/DF), têm painéis de captação solar. Em 2018, o órgão calculou uma média de economia de R\$ 260 mil por ano em gastos com energia. Em maio, a empresa informou que a economia foi de R\$ 150 mil por usina, ou seja, R\$ 300 mil por ano, somando a economia das duas geradoras. O valor equivale a um abatimento de R\$ 25 mil por mês.

**** Estagiária sob supervisão de Guilherme Goulart***

MME / ASCOM .